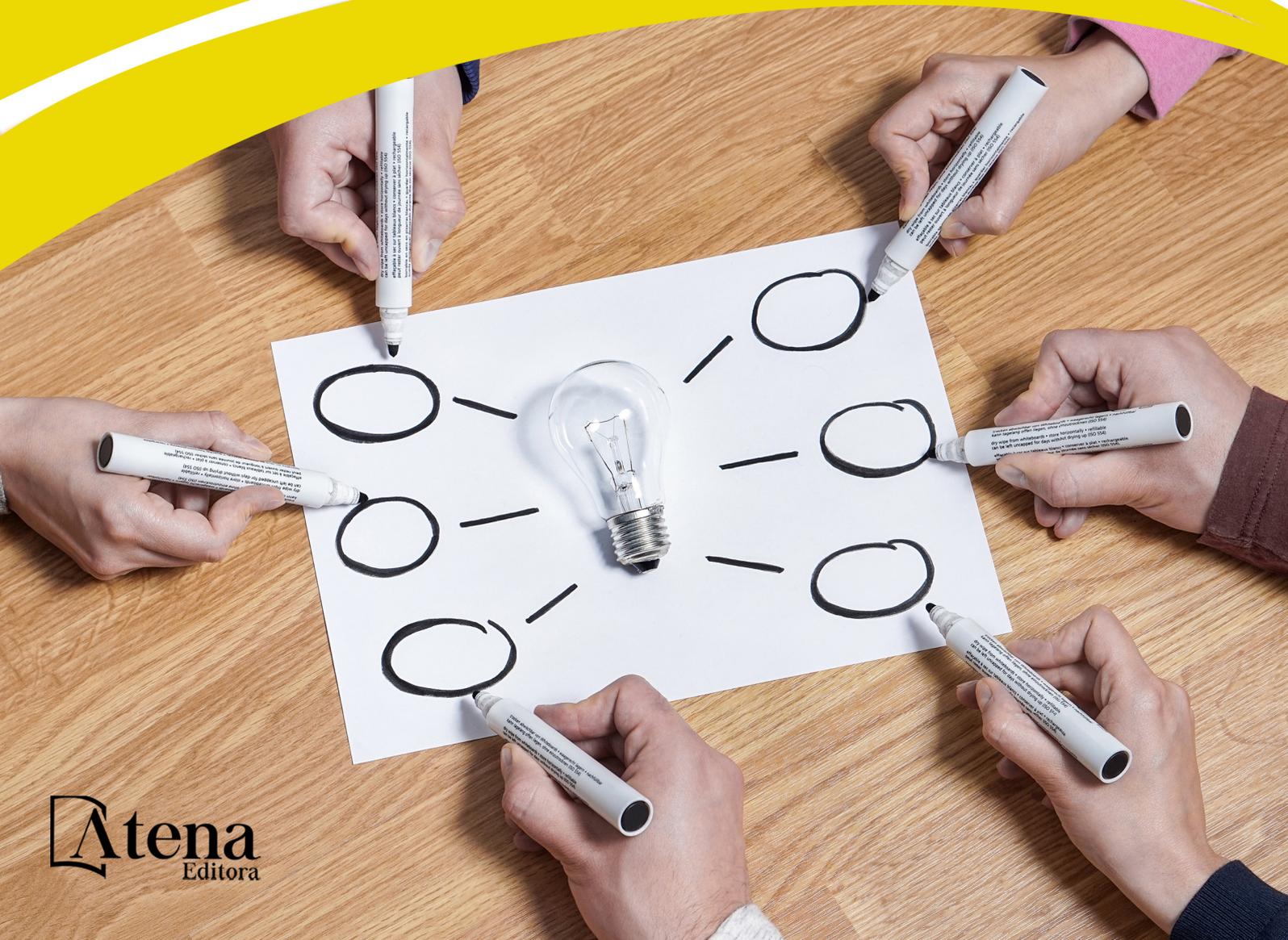


Natália Lampert Batista  
Tascieli Feltrin  
Maurício Rizzatti  
(Organizadores)

# Formação, Prática e Pesquisa em Educação 2



**Natália Lampert Batista**  
**Tascieli Feltrin**  
**Maurício Rizzatti**  
(Organizadores)

# **Formação, Prática e Pesquisa em Educação 2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-591-4 DOI 10.22533/at.ed.914190309  1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Pensar a formação docente, as práticas pedagógicas e a pesquisa em educação emergem como tema central da Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”, apresentada em três volumes. O volume dois, aqui exposto, destacou, sobretudo, capítulos que versam sobre o eixo práticas educativas. No volume um se destacam as formações pedagógicas e no volume três predomina o eixo pesquisas em educação.

Convidamos a todos a conhecerem os artigos enviados para o portfólio:

No capítulo “GER: Grupo de Estudos em Robótica, multiplicando conhecimentos nas escolas estaduais de Porto Alegre”, Mara Rosane Noble Tavares, Ana Elisabeth Bohm Agostini e Luís Arnaldo Rigo, apresentam uma experiência pedagógica, oferecendo elementos para a compreensão, resolução de problemas e produção de objetos tangíveis, representativos da aprendizagem, como no caso específico, os robôs. Já a Maria de Lourdes da Silva com o capítulo intitulado “práticas educativas sobre medicamentos, álcool e outras drogas nos materiais paradidáticos” tem por objetivo analisar o material didático e paradidático produzido para o ensino básico nas últimas décadas no Brasil para observar a tipologia de questionamentos e problematizações contempladas neste material.

Em “Avaliação diagnóstica em escolas Indígenas: a aprendizagem da escrita em língua Kaingang nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, Maria Christine Berdusco Menezes, Maria Simone Jacomini Novak e Rosangela Celia Faustino, relatam a avaliação diagnóstica na Educação Escolar Indígena como elemento que propicia ao professor, o acompanhamento permanente e a intensificação das estratégias interculturais de ensino, potencializando a aprendizagem escolar de crianças indígenas. Por sua vez, Hans Gert Rottmann, com trabalho “Educação Física: repensando as práticas pedagógicas em torno do esporte”, buscando analisar questões que tratam sobre o desenvolvimento do esporte nas aulas de educação física, e propor práticas pedagógicas e ações que possam estar vinculadas ao processo formativo e educacional dos alunos.

No artigo “e se a compreensão habitar as nossas responsabilidades? Escritas sobre auto-ética e escola em tempos de crise”, de Alan Willian de Jesus, questiona os sentidos e significados da noção ética de responsabilidade temos experienciado na escola atual em meio as normalizações, direitos humanos e a autonomia relativa que estamos imersos.

O capítulo “Inclusão: currículo e práticas pedagógicas”, de autoria de Maria Auxileide da Silva Oliveira e José Jailson de Almeida Júnior, abordam as proposições de uma educação para a diversidade, em uma perspectiva de um currículo e suas práticas pedagógicas voltado para o pós-estruturalismo. Já Larissa da Rocha Silva, Marcos Vinicius dos Santos Porto, Ana Leticia de Oliveira e Fagner Maciel de Moraes, com o capítulo intitulado “Jogo 2D evolução do planeta Terra”, apresentam um jogo

como objeto de aprendizagem, onde permite ao usuário jogar de acordo com o período, permitindo aprender de forma intuitiva o processo de evolução do Planeta Terra.

Já o “ensino de teatro e reinvenções da realidade: notas sobre experiência estética, docência e desenvolvimento humano”, Everton Ribeiro e José Francisco Quaresma Soares da Silva, discutem a vivência e o ensino de teatro na condição de experiência, relatando e fundamentando práticas voltadas para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná, enquanto Kelly Cristina Pádua Bruzegueze Miguel e Evani Andreatta Amaral Camargo, com o trabalho “sala de recuperação intensiva: o processo de alfabetização e as implicações da prática avaliativa”, que objetiva-se analisar as relações que possibilitam a apropriação da língua escrita de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental de uma sala de recuperação intensiva, que apresentam dificuldades no processo de alfabetização, levando-se em conta as interações com a professora e com os pares, bem como o papel da avaliação nesse processo.

No capítulo “Discutindo o ensino de números complexos com professores e estudantes de matemática”, Cassiano Scott Puhl, Isolda Gianni de Lima e Laurete Zanol Sauer, apresentam uma estratégia didática aplicada a professores e estudantes de Matemática, com o objetivo de propiciar a aprendizagem significativa de números complexos, por meio de um objeto virtual de aprendizagem. Já Carine Aparecida Souza Bastos e Fábio Fernandes Flores apresentam uma discussão sobre “Universidade Aberta à Terceira Idade: um relato de experiência”, em que objetiva-se descrever ações realizadas no programa e suas repercussões na formação acadêmica da autora, durante o período de monitoria, além de delinear as contribuições da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) na vida de seus integrantes.

No texto “infância e cidade: considerações sobre o brincar”, Elis Beatriz de Lima Falcão, Lorrana Neves Nobre e Nayara Santos Firmino, apresentam algumas reflexões acerca do brincar na contemporaneidade e suas relações com a infância e a cidade. Já no capítulo “desenho e escrita como instrumentos de avaliação na experimentação investigativa em um clube de Ciências”, Carlos Jose Trindade da Rocha, João Manoel da Silva Malheiro e Odete Pacubi Baierl Teixeira, fazem uma análise do uso da escrita e desenho infantil como instrumento de avaliação do conhecimento científico desenvolvidos em uma Sequência de Ensino Investigativo (SEI), tendo como campo empírico um Clube de Ciências envolvendo trinta crianças do 5º e 6º ano com vulnerabilidade social.

Jamila Nascimento Pontes e Rafaela da Silva de Lima em “o ensino de Arte no Acre desafios e conquistas”, abordam as diferentes relações, conexões e espaços em que o ensino de Artes se efetiva, sobre tudo no estado do Acre, pois mesmo com a obrigatoriedade da disciplina e oferta de cursos de formação de professores, este ensino ainda está à margem, uma vez que é ministrado por professores sem graduação específica e em espaços inadequados. Em “a Geografia na Educação de

Jovens e Adultos: estudo de caso em uma escola da zona leste de Manaus (AM)”, Jaqueline do Espírito Santo Soares dos Santos e Márcio Silveira Nascimento, buscam compreender os critérios e os recursos utilizados na Geografia para a Educação de Jovens e Adultos e verificar as possíveis formas de avaliação para esse público com o intuito de aproximar suas experiências ao ensino de Geografia.

Em “prática do trabalho interdisciplinar na área de Ciências da Natureza e Matemática na Escola Municipal Nova Canaã, Jacundá-Pará”, Gláucia de Sousa Moreno e Fabrício Araújo Costa, discutem o trabalho pedagógico em escolas do campo a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pautada nos princípios pedagógicos freirianos com o intuito de possibilitar reflexões, mudanças pedagógicas, didáticas e curriculares na Escola Municipal Nova Canaã. Já Tania Chalhub, Ricardo Janoario e Gabriel Oliveira da Silva, apresentam materiais didáticos em Libras para a educação de surdos, através do Repositório Digital Huet, que contém textos, vídeos, imagens, simulações, animações, produzidos pela instituição e por outras instituições que trabalham com a temática educação de surdos, no capítulo “repositório de objetos digitais e a práxis pedagógica com alunos surdos”.

Em “tema água em espaços não formais: possibilidades de aprendizagem em Ciências”, Priscila Eduarda D. Morhy, Augusto Fachín Terán e Ana Paula Melo Fonseca, abordam o tema água em espaços não formais como possibilidade de aprendizagem em Ciências, visto que é um recurso natural que tem impacto direto na qualidade e bem-estar do meio ambiente e da vida no planeta Terra. Assim, descrevem as possibilidades de trabalhar o tema água em Espaços Não Formais. O capítulo “a práxis docente e sua importância na elaboração de práticas pedagógicas no ensino da Matemática de forma interdisciplinar”, com autoria de Teane Frota Ribeiro, demonstra as estratégias de aprendizagem, inserindo a matemática de forma interdisciplinar, através de um projeto desenvolvido, de modo a contribuir com resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Mariana de Oliveira Wayhs, Enedina Maria Teixeira da Silva, Fernanda Bertollo Costa e Diego Eduardo Dill, no capítulo “Inatecsocial: a assessoria de comunicação em outra perspectiva” focalizam em uma socialização da tríade comunicação, educação e cidadania, para o fazer do Assessor de Comunicação, que traz novas dimensões para a amplitude e importância do seu papel. No texto “revisão sistemática sobre Sala de Aula Invertida na produção científica indexada ao scopus nos anos de 2016 e 2017”, com autoria de Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, identificar e caracterizar, por meio de uma revisão sistêmica de literatura, os estudos sobre Sala de Aula Invertida indexados ao Scopus nos anos 2016 e 2017.

No texto “a pesquisa sobre práticas metodológicas inovadoras: base à educação inclusiva”, Maria Aparecida Santana Camargo, Rosane Rodrigues Felix e Ieda Márcia Donati Linck, defendem a ideia de que é fundamental pesquisar a respeito de propostas metodológicas inovadoras para poder melhorar os índices educacionais existentes no país, em especial na Educação de Jovens e Adultos.

Em a “educação em saúde sob a ótica do enfermeiro”, Halana Batistel Barbosa, Marta Angélica Iossi Silva e Franciele Foschiera Camboin, buscaram compreender a percepção de enfermeiros acerca da educação em saúde na atenção básica por meio de um estudo exploratório e qualitativo, do qual participaram 19 enfermeiros, enquanto, Débora da Silva Cardoso e Elcie Salzano Masini, pelo artigo intitulado “aprendizagem significativa na Educação Infantil: o corpo em movimento”, abordam a percepção desde a primeira infância como pressuposto essencial para a aprendizagem significativa da criança no processo de aprendizagem, com passagens de uma experiência vivida em uma escola de educação infantil e a construção de aprendizagens ocorridas em vivências entre professores e alunos.

Maria Aparecida Ferreira de Paiva, Andréia Maria de Oliveira Teixeira, Márcia Regina Corrêa Negrim e Andréa Rizzo dos Santos, autores do capítulo “avaliação escolar dos alunos público alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, trazem reflexões acerca das concepções envolvidas no processo de escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial (PAEE) e de como a avaliação ocorre nas salas de aula, suscitando direcionamentos pedagogicamente possíveis e atrelados à concretização de práticas mediadoras inclusivas e significativas para todos os envolvidos neste processo. Já o capítulo “Educação Especial nas escolas do campo em um município de Mato Grosso do Sul”, com autoria de Rosa Alessandra Rodrigues Corrêa e Andressa Santos Rebelo, apresentam dados qualitativos e quantitativos para caracterizar alguns aspectos da educação especial do campo no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Em “a criação de vínculos à mobilização social a partir da práxis comunicativa e educacional”, Fabiane da Silva Veríssimo, Ieda Márcia Donati Linck e Rosane Rodrigues Felix, apresentam a importância da comunicação à educação em projetos de mobilização social, além de descrever o modo com que estratégias de comunicação adotadas em um projeto de pesquisa participante contribuíram para a adesão dos participantes do estudo intitulado ‘Mulheres em situação de violência: práticas dos profissionais em Estratégia Saúde da Família’. João Paulo Vicente da Silva, autor do texto “Educação Física adaptada: um relato sobre a proposta de intervenção pedagógica para alunos com Paralisia Cerebral”, descreve as contribuições sobre a intervenção pedagógica nas aulas de educação física adaptada, realizada com dois estudantes com idade de 14 e 15 anos, ambos diagnosticados com paralisia cerebral e matriculados na rede municipal de educação de Extremoz-RN.

Já no capítulo “a experimentação nos anos iniciais do Ensino Fundamental: percepções de professores que ensinam Ciências”, Antonia Ediele de Freitas Coelho e João Manoel da Silva Malheiro investigaram a concepção de experimentação segundo a percepção de cinco professoras de Ciências dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de Castanhal-PA. Angela Pereira de Novais Rodrigues e Lilian Giacomini Cruz, autoras do capítulo “a pedagogia histórico-crítica no ensino de Ciências: uma proposta didática para auxiliar no desenvolvimento do

tema ‘ser humano e saúde’”, apresentaram uma proposta didática para trabalhar o tema “Ser Humano e Saúde”, enfatizando a Sexualidade e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), realizada com alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual do município de Ivinhema - MS.

O texto “Ferramenta web educacional para metodologia de aprendizagem baseada em problemas”, de Filipe Costa Batista Boy, Letícia Silva Garcia e Luís Fernando Fortes Garcia, elaboraram uma revisão de literatura sobre Aprendizagem Baseada em Problemas e pelo desenvolvimento de uma ferramenta web educacional que auxilie o professor na aplicação dessa metodologia em sala de aula. Já em “a dança das borboletas: uma experiência de criação de sentidos na Educação Infantil”, Ana Catharina Urbano Martins de Sousa Bagolan, Sára Maria Pinheiro Peixoto e Uiliete Márcia Silva de Mendonça Pereira, desenvolveram sequências didáticas na Educação Infantil para ampliar o repertório de comunicação e expressão cultural das crianças; criar movimentos a partir de observações do voo da borboleta e emitir impressões, sentimentos, conhecimentos sobre a dança.

Kleonara Santos Oliveira, André Lima Coelho, Fausta Porto Couto, Ricardo Franklin de Freitas Mussi, Naiara do Prado Souza, Aparecida de Fátima Castro Brito e Vera Lúcia Rodrigues Fernandes, autores de “jogos digitais na escola regular: desafios e possibilidades para a prática docente”, apresentaram reflexões, a partir das produções acadêmicas acerca dos jogos digitais, quais as possibilidades e desafios para a prática do professor, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem no contexto escolar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, seguindo uma abordagem qualitativa. O capítulo “a utilização de jogos matemáticos na turma do 5º ano da Escola Municipal Carlos Raimundo Rodrigues no município de Boa Vista”, Elizania de Souza Campos, Sandorlene Oliveira da Cruz, Maria do Carmo dos Santos Teixeira, Rute Costa Lima e Edgar Wallace de Andrade Valente, em que apresentam importância da utilização de jogos matemáticos em sala de aula e, em outro momento, a aplicação de uma atividade (jogo) em uma turma de 5º ano da Escola Municipal e alunos monitores do Ensino Médio.

Ana Carolina Fernandes Gonçalves, autora do capítulo “o ‘jogo da democracia’: transformando a aula em uma experiência”, é o resultado da aplicação de uma ferramenta pedagógica elaborada para criar uma situação de aprendizagem colaborativa e dinâmica do debate como um gênero textual. Com esse intuito, foi desenvolvido um jogo de simulação, fundamentado na dinâmica da democracia de consenso, no qual os participantes precisavam resolver uma situação-problema de caráter econômico, social ou cultural, semelhantes às enfrentadas pelos jovens em sua vida real. Já o texto “a abordagem dos poliedros platônicos nos livros didáticos: uma análise sobre sua potencialidade significativa”, com autoria de Nádja Dornelas Albuquerque, Maria Aparecida da Silva Rufino e José Roberto da Silva, analisaram a potencialidade significativa dos livros didáticos do 6º e/ou 7º ano do Ensino Fundamental, no que se refere a contextualização e informação do tema poliedros

platônicos.

Em “o Ensino da Bioquímica através da composição musical”, Gabriel Soares Pereira visa a elucidação de uma intervenção pedagógica realizada a fim de potencializar a apreensão dos saberes acerca da bioquímica. Já Almir Tavares da Silva, autor de “leitura, pesquisa e encenação: a literatura dramática e seu contexto histórico na sala de aula”, ao desenvolver um trabalho que envolveu a leitura, pesquisa, contextualização histórica de peças teatrais e encenação com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, cujo objetivo foi conhecer a vida e obra dos dramaturgos brasileiros e relacionar os conflitos das personagens com o contexto histórico que o Brasil viveu no século XX.

O texto “a química da água: caso lago da Perucaba”, Fabiana dos Santos Silva, Milka Bruna Santos da Silva, Wanessa Padilha Barbosa Nunes e Silvia Helena Cardoso, apresentam os resultados de uma atividade investigativa tendo como foco a educação ambiental e o ensino de química, para isso foi realizada a análise de alguns parâmetros físico-químicos na água do Lago da Perucaba, localizado na região agreste do estado de Alagoas, para a obtenção de um diagnóstico prévio da qualidade da água, tendo a finalidade de verificar se estes estão de acordo com os padrões estabelecidos pelo CONAMA. Já no artigo “o Pequeno Príncipe em um planeta de múltiplas linguagens”, de Gabriela Huth, Elisandra Dambros e Márcia Rejane Scherer, relatam um projeto desenvolvido por professoras da rede municipal de uma escola urbana de Ijuí, RS, além de trazerem reflexões sobre os desafios e possibilidades presentes na atuação cotidiana destas professoras que, em seu fazer pedagógico, preocupam-se em tornar significativos às crianças os conceitos e conteúdos trabalhados com este grupo dos Anos Iniciais.

O livro do Volume 2 conta com inúmeras práticas educativas na educação infantil, ensino fundamental e médio, além do ensino superior, com relevantes contribuições para a Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”. Esse volume ajuda a demonstrar a diversidade de atividades desenvolvidas no nosso país que contribuem para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, fazendo-nos refletir sobre nossas práticas educacionais.

Desejamos uma ótima leitura!

Prof. Mestre Maurício Rizzatti

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GER: GRUPO DE ESTUDOS EM ROBÓTICA, MULTIPLICANDO CONHECIMENTOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PORTO ALEGRE	
<i>Mara Rosane Noble Tavares</i> <i>Ana Elisabeth Bohm Agostini</i> <i>Luís Arnaldo Rigo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE MEDICAMENTOS, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NOS MATERIAIS PARADIDÁTICOS	
<i>Maria de Lourdes da Silva (UERJ)</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ESCOLAS INDÍGENAS: A APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA KAINGANG NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Christine Berdusco Menezes</i> <i>Maria Simone Jacomini Novak</i> <i>Rosângela Célia Faustino</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
EDUCAÇÃO FÍSICA: REPENSANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TORNO DO ESPORTE	
<i>Hans Gert Rottmann</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
E SE A COMPREENSÃO HABITAR AS NOSSAS RESPONSABILIDADES? ESCRITAS SOBRE AUTO-ÉTICA E ESCOLA EM TEMPOS DE CRISE	
<i>Alan Willian de Jesus</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INCLUSÃO: CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<i>Maria Auxileide da Silva Oliveira</i> <i>José Jailson de Almeida Júnior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
JOGO 2D EVOLUÇÃO DO PLANETA TERRA	
<i>Larissa da Rocha Silva</i> <i>Marcos Vinicius dos Santos Porto</i> <i>Ana Leticia de Oliveira</i> <i>Fagner Maciel de Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903097</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
ENSINO DE TEATRO E REINVENÇÕES DA REALIDADE: NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, DOCÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	
<i>Everton Ribeiro</i>	
<i>José Francisco Quaresma Soares da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
SALA DE RECUPERAÇÃO INTENSIVA: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES DA PRÁTICA AVALIATIVA	
<i>Kelly Cristina Pádua Bruzegueze Miguel</i>	
<i>Evani Andreatta Amaral Camargo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9141903099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
DISCUTINDO O ENSINO DE NÚMEROS COMPLEXOS COM PROFESSORES E ESTUDANTES DE MATEMÁTICA	
<i>Cassiano Scott Puhl</i>	
<i>Isolda Gianni de Lima</i>	
<i>Laurete Zanol Sauer</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
UNIVERSIDADE ABERTA Á TERCEIRA IDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Carine Aparecida Souza Bastos</i>	
<i>Fábio Fernandes Flores</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>127</b>
INFÂNCIA E CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O BRINCAR	
<i>Elis Beatriz de Lima Falcão</i>	
<i>Lorrana Neves Nobre</i>	
<i>Nayara Santos Firmino</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>138</b>
DESENHO E ESCRITA COMO INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EXPERIMENTAÇÃO INVESTIGATIVA EM UM CLUBE DE CIÊNCIAS	
<i>Carlos Jose Trindade da Rocha</i>	
<i>João Manoel da Silva Malheiro</i>	
<i>Odete Pacubi Baierl Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>152</b>
O ENSINO DE ARTE NO ACRE DESAFIOS E CONQUISTAS	
<i>Jamila Nascimento Pontes</i>	
<i>Rafaela da Silva de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030914</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>160</b>
A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)	
<i>Jaqueline do Espírito Santo Soares dos Santos</i>	
<i>Márcio Silveira Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
PRÁTICA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA CANAÃ, JACUNDÁ-PARÁ	
<i>Glaucia de Sousa Moreno</i>	
<i>Fabrício Araújo Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
REPOSITÓRIO DE OBJETOS DIGITAIS E A PRÁXIS PEDAGÓGICA COM ALUNOS SURDOS	
<i>Tania Chalhub</i>	
<i>Ricardo Janoario</i>	
<i>Gabriel Oliveira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>191</b>
O TEMA ÁGUA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM EM CIÊNCIAS	
<i>Priscila Eduarda D. Morhy</i>	
<i>Augusto Fachín Terán</i>	
<i>Ana Paula Melo Fonseca</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
A PRÁXIS DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA NA ELABORAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA DE FORMA INTERDISCIPLINAR	
<i>Teane Frota Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>211</b>
INATECSOCIAL: A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO EM OUTRA PERSPECTIVA	
<i>Mariana de Oliveira Wayhs</i>	
<i>Enedina Maria Teixeira da Silva</i>	
<i>Fernanda Bertollo Costa</i>	
<i>Diego Eduardo Dill</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE SALA DE AULA INVERTIDA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDEXADA AO SCOPUS NOS ANOS DE 2016 E 2017	
<i>Ernane Rosa Martins</i>	
<i>Luís Manuel Borges Gouveia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030921</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>232</b>
A PESQUISA SOBRE PRÁTICAS METODOLÓGICAS INOVADORAS: BASE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
<i>Rosane Rodrigues Felix</i>	
<i>Ieda Márcia Donati Linck</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>241</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOB A ÓTICA DO ENFERMEIRO	
<i>Halana Batistel Barbosa</i>	
<i>Marta Angélica Iossi Silva</i>	
<i>Franciele Foschiera Camboin</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030923</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>248</b>
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CORPO EM MOVIMENTO	
<i>Débora da Silva Cardoso</i>	
<i>Elcie Salzano Masini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>259</b>
AVALIAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i>	
<i>Andréia Maria de Oliveira Teixeira</i>	
<i>Márcia Regina Corrêa Negrin</i>	
<i>Andréa Rizzo dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030925</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>271</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO EM UM MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL	
<i>Rosa Alessandra Rodrigues Corrêa</i>	
<i>Andressa Santos Rebelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030926</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>279</b>
A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS À MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA PRAXIS COMUNICATIVA E EDUCACIONAL	
<i>Fabiane da Silva Veríssimo</i>	
<i>Ieda Márcia Donati Linck</i>	
<i>Rosane Rodrigues Felix</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030927</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>291</b>
EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UM RELATO SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL	
<i>João Paulo Vicente da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030928</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>298</b>
A EXPERIMENTAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES QUE ENSINAM CIÊNCIAS	
<i>Antonia Ediele de Freitas Coelho</i>	
<i>João Manoel da Silva Malheiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030929</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>312</b>
A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DO TEMA “SER HUMANO E SAÚDE”	
<i>Ângela Pereira de Novais Rodrigues</i>	
<i>Lilian Giacomini Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030930</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>322</b>
FERRAMENTA WEB EDUCACIONAL PARA METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS	
<i>Filipe Costa Batista Boy</i>	
<i>Letícia Silva Garcia</i>	
<i>Luís Fernando Fortes Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030931</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>333</b>
A DANÇA DAS BORBOLETAS: UMA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DE SENTIDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ana Catharina Urbano Martins de Sousa Bagolan</i>	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Uliete Márcia Silva de Mendonça Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030932</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>343</b>
JOGOS DIGITAIS NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE	
<i>Kleonara Santos Oliveira</i>	
<i>André Lima Coelho</i>	
<i>Fausta Porto Couto</i>	
<i>Ricardo Franklin de Freitas Mussi</i>	
<i>Naiara do Prado Souza</i>	
<i>Aparecida de Fátima Castro Brito</i>	
<i>Vera Lúcia Rodrigues Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030933</b>	

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>351</b>
A UTILIZAÇÃO DE JOGOS MATEMÁTICOS NA TURMA DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS RAIMUNDO RODRIGUES NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA	
<i>Elizania de Souza Campos</i>	
<i>Sandorlene Oliveira da Cruz</i>	
<i>Maria do Carmo dos Santos Teixeira</i>	
<i>Rute Costa Lima</i>	
<i>Edgar Wallace de Andrade Valente</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030934</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>361</b>
O “JOGO DA DEMOCRACIA”: TRANSFORMANDO A AULA EM UMA EXPERIÊNCIA*	
<i>Ana Carolina Fernandes Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030935</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>366</b>
A ABORDAGEM DOS POLIEDROS PLATÔNICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA POTENCIALIDADE SIGNIFICATIVA	
<i>Nádja Dornelas Albuquerque</i>	
<i>Maria Aparecida da Silva Rufino</i>	
<i>José Roberto da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030936</b>	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>377</b>
O ENSINO DA BIOQUÍMICA ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO MUSICAL	
<i>Gabriel Soares Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030937</b>	
<b>CAPÍTULO 38</b> .....	<b>382</b>
LEITURA, PESQUISA E ENCENAÇÃO: A LITERATURA DRAMÁTICA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NA SALA DE AULA	
<i>Almir Tavares da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030938</b>	
<b>CAPÍTULO 39</b> .....	<b>385</b>
A QUÍMICA DA ÁGUA: CASO LAGO DA PERUCABA	
<i>Fabiana dos Santos Silva</i>	
<i>Milka Bruna Santos da Silva</i>	
<i>Wanessa Padilha Barbosa Nunes</i>	
<i>Silvia Helena Cardoso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030939</b>	
<b>CAPÍTULO 40</b> .....	<b>389</b>
O PEQUENO PRÍNCIPE EM UM PLANETA DE MÚLTIPLAS LINGUAGENS	
<i>Gabriela Huth</i>	
<i>Elisandra Dambros</i>	
<i>Márcia Rejane Scherer</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030940</b>	

<b>CAPÍTULO 41 .....</b>	<b>393</b>
DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS E O CONSTITUIR-SE PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
<i>Renata Camacho Bezerra</i>	
<i>Luciana Del Castanhel Peron</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030941</b>	
<b>CAPÍTULO 42 .....</b>	<b>399</b>
AVALIAÇÃO - FONTE PARA A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E IMPACTO NOS RESULTADOS DOS ALUNOS	
<i>Maria Eny Leandro Picozzi</i>	
<i>Ligia Gomes Elliot</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91419030942</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>412</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>413</b>

## AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ESCOLAS INDÍGENAS: A APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA KAINGANG NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

### **Maria Christine Berdusco Menezes**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Maringá – Paraná

### **Maria Simone Jacomini Novak**

Universidade Estadual do Paraná-Campus de Paranavaí, Colegiado de Pedagogia, Paranavaí – Paraná

### **Rosangela Celia Faustino**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Maringá – Paraná

**RESUMO:** Este texto aborda a avaliação diagnóstica na Educação Escolar Indígena como elemento que propicia ao professor, o acompanhamento permanente e a intensificação das estratégias interculturais de ensino, potencializando a aprendizagem escolar de crianças indígenas. A avaliação diagnóstica é entendida como instrumento dinâmico para a verificação do conhecimento que estudantes possuem sobre determinado conteúdo. Tem como função basilar auxiliar o professor na elaboração ou reelaboração do planejamento pedagógico, adequando-o às diferentes necessidades educativas. Por sua complexidade e especificidade, a educação escolar indígena necessita de experiências e estudos sobre as diversas possibilidades de

avaliação, formuladas a partir dos anseios e da participação efetiva das comunidades indígenas que apresentam situações socioculturais e linguísticas diversas. Considerando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), e as ações realizadas pelo Observatório da Educação Escolar Indígena no Paraná, apresentamos uma experiência de avaliação diagnóstica realizada com crianças indígenas monolíngues em kaingang. Destacamos a relevância de se considerar os processos próprios de aprendizagem das crianças indígenas, suas vivências e conhecimentos, bem como as estratégias que utilizam na aprendizagem escolar para a apropriação da linguagem escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem Escolar, Avaliação Diagnóstica, Línguas Indígenas

### DIAGNOSTIC EVALUATION IN INDIGENOUS SCHOOLS: KAINGANG LANGUAGE LEARNING IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL TEACHING

**ABSTRACT:** This text discusses the diagnostic evaluation in Indigenous Education as an element that provides the teacher the permanent monitoring and intensification of intercultural education strategies, enhancing school learning for indigenous children. The diagnostic evaluation is understood as a dynamic instrument for checking the knowledge that students have

about certain content. Its function is to assist the teacher in the elaboration or re-elaboration of pedagogical planning, adapting it to different educational needs. Due to its complexity and specificity, the indigenous school education needs experiences and studies on the various possibilities of evaluation, formulated from the anxieties and effective participation of indigenous communities that have socio-cultural and diverse linguistic situations. Considering data from the National Institute of Studies and Research (INEP), and the actions carried out by the Observatory of Indigenous School Education in Paraná, we present an experience of diagnostic evaluation performed with monolingual indigenous children in Kaingang. We emphasize the relevance of considering the learning processes of indigenous children, their experiences and knowledge, as well as the strategies they use in school learning for the appropriation of written language.

**KEYWORDS:** School Learning, Diagnostic Evaluation, Indigenous Languages

## 1 | INTRODUÇÃO

A avaliação é um tema complexo, porém de extrema relevância para o diagnóstico e melhoria da aprendizagem. É necessário que esteja contemplada como prioritária na gestão da escola e faça parte do planejamento de ensino, estando integrada à organização da prática pedagógica e em consonância com as aspirações comunitárias, o projeto pedagógico, o currículo, as metodologias e os materiais didáticos utilizados.

Na educação escolar indígena, cujos pressupostos centrais são o bilinguismo e a interculturalidade (BRASIL, 1988) a avaliação é essencial, no entanto, necessita ser pensada e realizada pelos próprios professores indígenas e gestores, com a participação e acompanhamento das comunidades e reconhecida como subsídio para a tomada de decisões sobre o ensino e a aprendizagem.

Essa modalidade de educação foi incorporada ao Ministério da Educação (MEC) por meio do *Decreto Presidencial 026/1991*, seguido pela *Portaria Interministerial n. 559 de 1991* e pelas *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1993*. Com essas normativas efetiva-se a categoria Escola Indígena, cujos professores indígenas podem realizar a formação em exercício. Com a legislação em vigor, as secretarias estaduais e municipais passaram a assumir a responsabilidade sobre as escolas indígenas com a função de estimular e apoiar a elaboração de currículos comunitários diferenciados e flexíveis, projetos pedagógicos e materiais didáticos que considerem as diferentes realidades socioculturais e linguísticas de cada etnia.

Pelos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, há, no país, 896,9 mil indígenas sendo 305 etnias e 274 línguas. No Paraná, estão territorializadas os povos Kaingang, Guarani, Xetá e algumas famílias Xokleng totalizando 26.559 indígenas. São 39 Escolas Indígenas mantidas pelo governo do estado que ofertam, majoritariamente, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Catorze delas ofertam

o Ensino Médio (PARANÁ, 2012).

Este texto apresenta e discute a avaliação diagnóstica como possibilidade de avanços na aprendizagem escolar de crianças indígenas Kaingang. Aborda as estatísticas educacionais, a legislação em vigor e a necessidade de considerar os conhecimentos e processos próprios de aprendizagem das crianças Kaingang, bem como o estabelecimento de parâmetros diferenciados, com a participação dos povos indígenas, principalmente os professores, nos processos de avaliação para que se tenha um conhecimento aprofundado sobre a realidade, contribuindo, assim, com a melhoria da gestão e autonomia da educação escolar indígena.

A experiência parte dos resultados de pesquisa institucional, realizada no Observatório da Educação Escolar Indígena da Universidade Estadual de Maringá (OBEDUC-UEM) no período de 2014 a 2016 com crianças Kaingang de 6/7 anos, monolíngues em kaingang, de uma Terra Indígena localizada na região central do Paraná. O Colégio indígena kaingang que participou da investigação conta com 74 professores sendo 49 não indígenas e 25 indígenas. Há uma diretora não indígena, uma diretora auxiliar indígena e 5 pedagogas não indígenas (MENEZES, 2016). A formação dos professores indígenas é o Ensino Médio, sendo que três deles cursaram o Magistério Indígena e dois estão matriculados no ensino superior pelo sistema de ação afirmativa existente no Paraná (NOVAK, 2014). A diretora auxiliar é formada em pedagogia por uma faculdade privada.

Pela formação e pelo fato de as crianças serem monolíngues em língua kaingang, os professores indígenas atuam na educação infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental como auxiliares e professores regentes da disciplina *Língua Kaingang* no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

As atividades do OBEDUC/UEM abrangem formação docente, cartografias escolares, formação de grupos de estudos e pesquisas nas aldeias envolvendo professores, gestores e pessoas da comunidade e oficinas de produção de materiais didáticos. Em conjunto com professores indígenas, foi utilizada a avaliação diagnóstica objetivando verificar o conhecimento que as crianças possuem sobre a linguagem escrita em kaingang. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá sob Processo CAEE n. 20703413.0.0000.0104 de 2014.

## **2 | A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E BILÍNGUE E A AVALIAÇÃO ESCOLAR**

A Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e bilíngue está presente na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 210 e legislações subsequentes visando sua regulamentação. Com a Constituição foi definido que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” e que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às

comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Mesmo com uma ampla legislação, a educação indígena intercultural e bilíngue custa a se viabilizar, carecendo, por isso, de um encaminhamento claro sobre a avaliação diferenciada. Conforme Luciano, (2014, p.1) “Se a educação básica para não indígenas encontra muitos empecilhos, estando muito aquém do que estipula os indicadores de qualidade, a situação da educação escolar indígena é sensivelmente, mais grave”.

No Paraná, as orientações sobre o currículo, projeto político pedagógico, planejamento, avaliação, formação de professores, contratação, matrículas e materiais didáticos presentes nas escolas não indígenas, são também, em sua maioria, utilizados nas escolas indígenas, com a ressalva da autonomia e participação indígena no processo decisório, conforme determina a Convenção n. 169 da OIT (BRASIL, 2004).

Não há uma avaliação que possibilite o diagnóstico das formas de aprendizagem das crianças bilíngues e a identificação de como ela aprende os conhecimentos sobre a linguagem escrita que ela já possui ao ingressar na escola, nem a relação que estabelece entre as línguas – em suas formas oral e escrita – presentes em seu cotidiano, as estratégias que utiliza para se apropriar dos conteúdos escolares, as interações existentes entre as crianças e destas com o professor, bem como os mecanismos culturais que permeiam as relações em sala de aula.

Ao se viabilizar a especificidade da educação escolar indígena, o processo de avaliação da aprendizagem bilíngue caminhará, também, para avançar e superar a concepção tradicional de avaliação, baseada em pressupostos que classificam e excluem (LUCKESI, 2002; ESTEBAN, 2004).

Em 2009 as escolas indígenas no Paraná participaram de avaliações padronizadas, a Provinha Brasil. Porém seus resultados não correspondem à realidade da aprendizagem de jovens e crianças indígenas. Isto se dá em decorrência da falta de “[...] conhecimento dos gestores da realidade indígena, na média em que o único instrumento utilizado para planejar, executar e avaliar a política é o censo realizado pelo INEP, que não abarca a especificidade dos grupos étnicos (LUCIANO, 2014, p.1)”.

Considerando as especificidades culturais e linguísticas, quando crianças e jovens indígenas são avaliadas por meio da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), ambas censitárias, os resultados serão comprometidos e não demonstrarão aprendizagem de acordo com o “padrão” esperado e isto pode intensificar o preconceito existente contra os povos indígenas no Brasil. Lescano (2016, p.101), professor indígena afirma que “[...] a escola indígena ainda se encontra num fogo cruzado: ora se insere como parte do sistema, ora é diferenciada, porque a própria legislação não é respeitada pelo sistema”. O modelo imposto pelo sistema

de educação nacional deixa de considerar a forma de organização indígena e seus saberes tradicionais.

Um estudo pormenorizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2007, mostrou que existiam 2.323 escolas, 8.431 professores e 163.773 estudantes matriculados identificando que a maior parte dos estudantes, 128.984, representando 81,2%, estava no ensino fundamental. Evidenciou-se que, “[...] os alunos estão majoritariamente concentrados nas primeiras séries, totalizando 81,7%, assim distribuídos: 32,8% na primeira série; 20,8% na segunda série; 15,8% na terceira série; e 12,5% na quarta série” (BRASIL, 2007, p. 20).

Nos anos iniciais, “[...] mais da metade dos estudantes está com idade superior à esperada para o nível de ensino que está cursando. [...] nessas séries, 50,4% dos estudantes têm acima de 11 anos de idade” (BRASIL, 2007, p. 21). Sobre a formação de professores indígenas foi demonstrado que a maioria não concluiu o ensino fundamental sendo que “[...] 12,1% têm o ensino fundamental completo; 64,8% têm o ensino médio; e 13,2% têm ensino superior” (BRASIL, 2007, p. 20).

Em 2010, o analfabetismo chegou a 33,4% entre os indígenas de 15 anos ou mais. Esse alto índice tem relação com os projetos civilizatórios e com a exclusão que estas populações vivenciam (FAUSTINO, 2006). Um estudo realizado em 2013 pelo INEP (LUCIANO, 2014), evidenciou que muitas escolas indígenas não têm abastecimento regular de água, de energia elétrica, e acesso à *internet*. Tem currículos padronizados, carecem de material didático diferenciado, de oferta do ensino médio, de uma política de efetiva formação e contratação de professores indígenas e de boas experiências de ensino e aprendizagem bilíngue.

No Paraná a realidade sociocultural e linguística é diversificada. Nas Terras Indígenas (TIs) demarcadas ou em processo de demarcação, onde existem 39 escolas indígenas e estudam cerca de 5.000 indígenas (PARANÁ, 2018), há situações em que a primeira língua falada pelas crianças é a língua indígena e a segunda é a língua portuguesa. Como também o inverso, ou seja, a primeira língua falada é o português e a segunda, a língua indígena. Em ambas as situações prevalece o direito à aprendizagem das diferentes línguas presentes na comunidade, na modalidade oral e escrita (MENEZES, 2016).

Em termos de formação de professores, no Paraná houve a oferta do Magistério Indígena a partir de 2006 e há uma política de inclusão para a formação superior indígena nas universidades, iniciada em 2001, com reserva de vagas e disponibilidade de auxílio financeiro aos estudantes indígenas (NOVAK, 2014).

O Quadro abaixo evidencia que grande parte dos professores que atuam nas escolas do estado não são indígenas.

Profissionais da Educação Escolar Indígena	Indígenas	Não indígenas
Professores	227	459
Diretores	3	35
Direção Auxiliar	1	3
Pedagogos	7	48
Coordenador de Ciclo Básico (Anos Iniciais)	5	11
<b>TOTAL</b>	<b>243</b>	<b>556</b>

**Quadro 1:** Profissionais da Educação Escolar Indígena no Paraná

Fonte: SEED, 2015 *apud* MENEZES, 2016.

As escolas indígenas são jurisdicionadas por Núcleos Regionais de Educação (NRE) que contam com um coordenador de Educação Escolar Indígena encarregado pelo acompanhamento e apoio pedagógico. A gestão das escolas é majoritariamente composta por profissionais não indígenas.

Não foram identificados, nas escolas participantes do OBEDUC, processo de avaliação diferenciada e específico. O primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental são avaliados por meio de atividades de leitura e escrita sendo feito um parecer descritivo das crianças. Não há, nessa fase, reprovação por nota. No terceiro ano, quando termina o Primeiro Ciclo da alfabetização, a criança que não se apropriou dos códigos da escrita, geralmente fica retida. Ocorre, também, de a criança avançar no ano para se adequar à turma/idade, mas continuar recebendo reforço na série anterior até que consiga se apropriar da escrita de maneira autônoma. Nos demais anos inicia-se o processo de notas e boletim escolar, aprova-se aquele que obtiver média 6,0.

### 3 | ASPECTOS DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS KAINGANG

A partir dos primeiros contatos dos Kaingang do Sul do Brasil com os colonizadores, que ocorreram desde o século XVI acentuando-se com os aldeamentos iniciados no século XIX, (MOTA, 1994), os grupos familiares desta etnia vivenciaram inúmeras mudanças e estabeleceram novas políticas e alianças. O contato, as relações com os não índios e com o poder público se intensificou desde então, e com isso a aprendizagem da língua portuguesa se tornou uma necessidade. Porém, no Paraná, em diversas aldeias, o Kaingang permanece, na oralidade, como primeira língua e, neste caso, à escola é atribuída a função de ensinar a língua portuguesa e os conhecimentos não indígenas (FAUSTINO, 2006).

Na Terra Indígena em que ocorreu a investigação, homens adultos tem maior

domínio da língua portuguesa e a utilizam apenas nas relações com os não índios. Velhos, mulheres, jovens e crianças usam pouco a língua portuguesa. As crianças, quando iniciam o processo de escolarização, que geralmente ocorre por volta dos 4/5 anos, na Educação Infantil, que funciona na mesma instituição, não tem conhecimento da língua portuguesa. Por decisão comunitária, nesta fase prevalece a presença da língua indígena oral, mas a criança começa a ter contato com materiais e atividades escritas em português. Há músicas, brincadeiras, jogos que ocorrem nas duas línguas. A escola é uma instituição de suma relevância, requisitada e defendida pela comunidade como um direito e sob a qual participa das decisões adequando ações pedagógicas à legislação em vigor.

Para pensar a aprendizagem escolar das crianças Kaingang desta aldeia é necessário considerar que a cultura e a forma de vida operam em padrões diferenciados e que os processos próprios de aprendizagem dialogam com as práticas escolares. Um exemplo é que os kaingang desta aldeia, raramente possuem cadeiras em casa. As refeições são feitas do lado de fora da casa, com a família sentando-se ao chão. Neste espaço realizam quase todas as atividades. Mesmo quando há bancos, as mulheres fazem o artesanato e outros trabalhos cotidianos no chão para assim ficarem mais próximas de seus filhos pequenos.

Embora haja placas e outras escritas no centro da aldeia e nos programas televisivos que assistem, as crianças possuem o contato mais intenso com esta linguagem em outras vivências e espaços. Há pouquíssimo material escrito nas casas. Na medida em que pegam ônibus para viajar com seus familiares para a venda do artesanato nas cidades, quando acompanham mães ou avós ao banco para receber benefícios, quando vão ao mercado com seu grupo familiar, à unidade de saúde ou ao hospital, quando vai à igreja. Todos estes espaços são repletos de informações escritas, números e pequenos textos que possibilitam à criança compreender a função da escrita, ao observar a atenção dos adultos às informações escritas nessas diferentes situações.

Ao ingressarem na escola indígena da aldeia, se deparam com uma realidade de poucos materiais escritos em sua própria língua e muitos dos professores não indígenas, que assim, falam e leem apenas em português, restringindo o contato e a experiência com a língua kaingang escrita.

As crianças não levam materiais escolares para casa, porque nas mesmas não existem lugares apropriados para guardá-los. Desenhar, pintar, usar lápis, borracha, caderno, entre outros instrumentos de apoio à leitura e escrita, são experimentados, majoritariamente, no espaço da escola. No cotidiano da aldeia, as rotinas das crianças são diferenciadas e repletas de brincadeiras livres, passeios pelos arredores da casa no circuito de parentesco, nas beiras dos rios, lagos e nascentes, nos quintais, nas matas, campos de futebol, igrejas e outros espaços comunitários.

As vivências, a interação e a participação ativa em todas as atividades da vida familiar, permitem-lhes constituírem diferentes estratégias de aprendizagem, que lhes

impulsiona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores como a atenção voluntária, a memória lógica, as ações conscientes, o comportamento intencional e o pensamento abstrato (VIGOTSKI, 1983).

Em consonância com a cultura Kaingang, uma das principais estratégias de aprendizagem das crianças é a observação, extremamente atenta, paciente e pormenorizada. Nesse processo, Paradise (1991) chama atenção para o fato de que os sistemas de interação indígena são bastante diferenciados e perpassam por outras linguagens que não a verbal.

As crianças kaingang interagem com outras crianças de seu grupo familiar, brincam, riem muito, ouvem bastante, observam tudo o que ocorre ao seu redor e imitam ações praticadas pelos membros das comunidades. São orientadas verbalmente ou repreendidas pelos adultos com uma frequência mínima. Tem vontades próprias e tomam a maioria das decisões sozinhas. Não fazem aquilo que não querem fazer.

No processo escolar a criança kaingang também observa muito. Atenta-se às ações do professor não indígena, quando este fala em língua portuguesa, observa os gestos, a entonação, os encaminhamentos, o movimento do corpo, as expressões faciais, as formas como segura o livro no ato da leitura, como explica, o movimento da escrita no quadro e outras rotinas que vivencia em sala de aula. Com isso, sem entender a língua, se orienta pela observação para realizar as atividades. O professor indígena quando presente na sala, auxilia, interpreta e traduz os conteúdos às crianças (MENEZES, 2016).

Diante desta realidade a avaliação diagnóstica contribui para verificar o que a criança kaingang sabe, como está aprendendo e se apropriando da escrita em sua língua indígena.

#### **4 | AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E AVANÇO NA APRENDIZAGEM DA ESCRITA DAS CRIANÇAS KAINGANG**

Entendendo que a avaliação faz parte do planejamento e que esta deve estar em consonância com os objetivos propostos e conteúdos escolares ensinados. A avaliação diagnóstica ou avaliação inicial é um instrumento que visa à formação integral da criança. Zabala (1998, p. 200) explica que a avaliação inicial contempla a avaliação formativa, sendo entendida como “[...] aquela que tem como propósito a modificação e a melhoria contínua do aluno que se avalia; quer dizer, que entende que a finalidade da avaliação é ser um instrumento educativo [...]”.

Assim, compete ao professor, ao fazer uso da avaliação diagnóstica, primeiramente pensar sobre questões como: Que vivências as crianças kaingang tem em sua aldeia e com a família? Quais são suas principais estratégias de aprendizagem? O que mais lhes chama a atenção? Do que gostam? Quais experiências tem com as diferentes linguagens? E com a linguagem escrita? Como interagem com adultos e

outras crianças?

Partindo de questões culturais e buscando compreendê-las, o professor pode elaborar as estratégias de ensino, propor atividades e preparar recursos didáticos mais apropriados e significativos, a serem utilizados para contribuir com o melhor desenvolvimento e aprendizagem escolar da criança.

Na pesquisa realizada pelo OBEDUC buscou-se verificar o conhecimento que as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental, que frequentaram a Educação Infantil, tinham sobre a linguagem escrita em kaingang. A avaliação diagnóstica foi realizada da seguinte forma: o professor indígena explicou o que seria feito; a finalidade da atividade, que falaria nomes/palavras e que as crianças deveriam escrevê-las da forma como sabiam. Informou que quem não soubesse usar as letras poderia desenhar o objeto ou animal mencionado. As palavras e frase faladas pelo professor foram: 1. *Vēnhkanhrãnrãn* (Aprendizagem); 2. *Kakanẽ* (Fruta); 3. *Pépo* (Sapo); 4. *Pẽn*, (Pé); 5. *Pépo vỹ goj kãmî tî* (O sapo mora na lagoa).

A primeira palavra ditada foi *Vēnhkanhrãnrãn* se pronuncia “*nhenkaion*”. Quando a criança escreve, inicialmente, ela tende a fazê-lo, da forma como fala. Nesse caso, a escrita representada, dessa palavra, por uma criança kaingang, evidencia nossa afirmativa: *ĩĩĩĩ nãl* o início da palavra com a letra **ĩ**, representa o som “nhen”, que ao ser falada essa sílaba, lembra a letra **ĩ**, em português. O mesmo ocorre na escrita de *Kakanẽ*, *ci ou*, o uso da letra **C** no início da palavra, representa o primeiro som da palavra que em kaingang é escrita com **ka**.

Em *Pépo* *SP* observemos que a criança inicia com a letra **p**, mas apaga e coloca o **S**. *Pépo* em kaingang, é sapo em português. Aqui há a presença da hipótese da escrita em português sendo apresentada no momento da escrita em kaingang. Por esse motivo a criança apagou a letra P, substituiu pela letra S, colocou o P no final ficando SP, PÉ-PO, mais próximo da escrita de SA-PO.

1	ĩĩĩĩ nãl
2	ci ou
3	SP
4	PB
5	SP

1	mãicavãna
2	casãna
3	pépo
4	pem
5	pépo vỹ goj

Situações como estas são comuns acontecer em turmas de alfabetização nas escolas indígenas e não devem ser consideradas como se a criança não estivesse aprendendo a escrita da língua indígena ou como se tivesse com dificuldade ou fazendo confusão com as escritas (de kaingang e português). Devem ser entendidas

como um grande avanço na aprendizagem da linguagem escrita, uma vez que ela escreve demonstrando seu entendimento, como pensa em relação à escrita e relaciona com o conhecimento e experiência que possui na língua kaingang.

A escrita de uma outra criança demonstra o entendimento da relação da fala e da escrita e a relação entre som e letra (fonema e grafema), embora ainda não escreva ortograficamente. É o caso da palavra *locane* e *Milcawonka*. A primeira *Kakanẽ* e a segunda *Vẽhkanhrãnrãn*. Nesta situação há um excelente e avançado entendimento da lógica alfabética da escrita, da idade série, ainda que haja a troca de letras.

Por meio dessa avaliação que se aproximou de uma sondagem o professor pode compreender melhor como as crianças estão pensando e construindo sua linguagem escrita. Neste caso, as crianças do primeiro ano, que tem entre 6 e 7 anos e são monolíngues em kaingang, já aprenderam que é possível representar (desenhar) a fala, mesmo que ainda não saibam qual a forma convencional de fazê-lo.

A compreensão de que a linguagem escrita é “[...] constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada” (VIGOTSKI, 2007, p. 126), representa uma grande descoberta para a aprendizagem escolar da criança. E, as crianças kaingang, mesmo que suas comunidades façam pouco uso social da escrita e menos ainda, da escrita em kaingang, demonstram que estão se apropriando e desenvolvendo hipóteses para a aprendizagem da linguagem escrita.

Desta maneira, a avaliação tem uma função diagnóstica contribuindo para o replanejamento de ações que oportunizem à criança ampliar o pensamento, estabelecer maiores relações com as experiências que já tem de sua cultura ao ingressar na escola. É o momento de planejar atividades pedagógicas culturalmente significativas, dentro e fora da escola, que estejam relacionadas com suas vivências, como brincadeiras e jogos, para que ela busque resolver questões escolares usando seus conhecimentos prévios que a ajudarão a elucidar, desde o valor sonoro das letras até a escrita de palavras e textos. Em relação ao uso de jogos de alfabetização e atividades a serem criadas ou desenvolvidas pelo professor devem estar em consonância com os percursos da aprendizagem das crianças. É importante o uso de alfabetos móveis, alfabetos ilustrados e concretos (em kaingang), além dos diferentes gêneros textuais (narrativas tradicionais, mitos, músicas, receitas, brincadeiras, lendas...) a serem investigados/identificados na aldeia, sistematizados, lidos e interpretados em práticas pedagógicas que favoreçam a interação e o diálogo entre as crianças e destas com o professor, permitindo, desta forma, a ampliação do conhecimento sobre as funções e uso da escrita pelas crianças Kaingang.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças indígenas têm experiências, vivências e conhecimentos culturais diferenciados que precisam ser compreendidos e considerados nos processos de

aprendizagem escolar.

No presente texto discutiu-se a relevância da avaliação diagnóstica no processo de ensino e aprendizagem de crianças monolíngues em kaingang, inseridas em contextos bilíngues, em fase de alfabetização, como instrumento que auxilia o professor a elaborar e reelaborar o planejamento, bem como a escolha de práticas pedagógicas e dos recursos didáticos mais significativos e apropriados aos processos próprios de aprendizagem.

Conforme estabelecem as Diretrizes da Educação Básica (BRASIL, 2013), a avaliação, como um dos elementos que compõe o processo de ensino aprendizagem, é uma estratégia didática que deve ter seus fundamentos e procedimentos definidos no projeto político pedagógico, ser articulada à proposta curricular, às metodologias, ao modelo de planejamento e gestão, à formação inicial e continuada dos docentes e demais profissionais da educação, bem como ao regimento escolar.

Prioriza-se, assim a avaliação diagnóstica que contempla a avaliação formativa. Nesta perspectiva a avaliação é apresentada em uma perspectiva para além da proposição de quantificar e classificar, instigando a construção de processos avaliativos diferenciados, participativos e que envolvam abordagens diagnósticas e formativas.

Entendemos que essa avaliação contribui para que o professor indígena acompanhe, permanentemente, a aprendizagem podendo melhor auxiliar a criança a avançar em sua compreensão sobre a apropriação da linguagem escrita e seus usos nos diferentes espaços sociais nos quais vivencia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. INEP. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B7BF2B332-7B8F-44A5-9F2A-282D5E57FB24%7D\\_2educacaoindigenabrasil.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B7BF2B332-7B8F-44A5-9F2A-282D5E57FB24%7D_2educacaoindigenabrasil.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. Formação de professores na perspectiva do movimento dos professores indígenas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação**, Manaus, n. 22, jan/abr, 2003.

ESTEBAN, Maria Tereza. Pedagogia de Projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 81-92.

FAUSTINO. Rosângela Celia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. 2006. 329 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-

Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LESCANO, C. P. **Tavyterã Reko Rokyta**: os pilares da educação Guarani Kaiowá nos processos próprios de ensino e aprendizagem. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica Dom Bosco. Campo grande, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Relatório Técnico diagnóstico e avaliação dos formulários e da metodologia do censo INEP referente à questão indígena**. Disponível em <[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/projetos/mpf-em-defesa-da-escola-indigena-1/docs\\_relatorios-tecnicos/relatorio-diagnostico-censo-escolas-indigenas-inep-vf.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/projetos/mpf-em-defesa-da-escola-indigena-1/docs_relatorios-tecnicos/relatorio-diagnostico-censo-escolas-indigenas-inep-vf.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2018.

MENEZES, Maria Christine Berdusco. **A política de educação escolar indígena e o processo de alfabetização em uma comunidade Kaingang no Paraná**. 2016. 244 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

MONTE, Nieta Lindemberg. Políticas curriculares e povos indígenas no Brasil. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E.(Org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná: 1760-1924. Maringá: Eduem, 1994.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Os Organismos internacionais, a educação superior para indígenas nos anos de 1990 e a experiência do Paraná**: estudo das ações da Universidade Estadual de Maringá. 2014. 342 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 1989.

PARADISE, Ruth. El conocimiento cultural en el aula: niños indígenas y su orientación hacia la observación. **Infancia y aprendizaje**. México, 1991. p. 73-85.

PARANÁ. Instituto de Terras Cartografia e Geociências. **Presença indígena no Paraná**, 2012. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação da Educação Escolar Indígena. **Educação Escolar Indígena**. Curitiba: Seed-PR, 2014. Disponível em: <[http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim\\_censo\\_escolar\\_ed8.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed8.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2018.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich. **Obras escogidas**. Obras Escogidas III: problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Editorial Pedagógica, 1983.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Natália Lampert Batista** - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

**Tascieli Feltrin** - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

**Maurício Rizzatti** - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 9, 1, 27, 35, 73, 75, 76, 80, 104, 114, 160, 191, 197, 248, 250, 251, 252, 256, 258, 278, 296, 302, 303, 307, 309, 310, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 350, 351, 365, 366, 368, 376, 410

Aprendizagem escolar 80, 410

Aprendizagem significativa 114, 376

Atividade física 125

Avaliação 5, 6, 27, 30, 38, 95, 138, 149, 150, 210, 259, 270, 365, 387, 399, 403, 405, 406, 410, 411

Avaliação diagnóstica 5

### B

Brincar 127, 137

### C

Cidade 127, 131, 132, 133

Complexidade 52

Currículo 63, 73, 150, 152, 159, 210, 240, 258

### D

Drogas 13, 14, 16, 20, 25, 26

### E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 69, 72, 73, 74, 81, 83, 93, 94, 98, 103, 104, 106, 110, 114, 120, 121, 124, 127, 136, 137, 138, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 176, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 199, 210, 220, 221, 222, 232, 233, 238, 240, 241, 243, 244, 252, 253, 258, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 291, 293, 296, 297, 298, 310, 320, 321, 333, 334, 335, 340, 341, 342, 350, 356, 358, 360, 361, 365, 366, 375, 376, 381, 399, 401, 403, 406, 408, 409, 410, 411

Educação física 120, 296

Educação infantil 137

Ensino 5, 6, 8, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 26, 28, 29, 32, 35, 38, 47, 50, 75, 81, 82, 83, 95, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 137, 138, 139, 144, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 170, 183, 194, 199, 203, 209, 210, 232, 259, 261, 262, 266, 269, 279, 296, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 320, 321, 322, 335, 341, 342, 350, 352, 366, 368, 376, 377, 378, 381, 382, 385, 389, 390, 394, 398, 399, 400, 411

Escola 7, 9, 2, 3, 9, 11, 20, 28, 52, 87, 152, 155, 159, 160, 161, 164, 166, 171, 173, 175, 182, 199, 201, 216, 312, 320, 351, 353, 362, 376, 385, 386, 387, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410

Esportes 39, 41

Ética da compreensão 52

Experiência 154, 159, 258, 381

## **H**

Hidroginástica 116, 124, 125, 126

## **I**

Inclusão 5, 11, 12, 63, 74, 79, 183, 270, 271, 323

## **J**

Jogo 2D 5, 74

## **N**

Números complexos 114, 115

## **P**

Paradidáticos 19

Pesquisa 2, 5, 10, 6, 9, 53, 75, 114, 150, 170, 175, 199, 221, 232, 243, 272, 279, 290, 321, 350, 358, 381, 394, 398, 409

Práticas pedagógicas 298

## **R**

Responsabilidade 52

Robótica 5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12

## **T**

Terceira idade 116

## **U**

Unity 74, 76, 77, 80

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-591-4

